

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.629.015 - RS (2019/0356114-6)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : INTELIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ LUIZ DE MELLO SILVA - RS010606
DOUGLAS ANDREOLI SILVA - RS062205
AGRAVADO : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADO : GILBERTO JOSÉ CERQUEIRA JÚNIOR - RS048003

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VEÍCULO. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE ENFRENTOU TODAS AS DISCUSSÕES POSTAS EM JULGAMENTO DE MANEIRA INTEGRAL E COM FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AGRAVAMENTO DO RISCO CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. REVISÃO DESTE ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL, E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se agravo em recurso especial interposto por INTELIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que não admitiu recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ Fls. 357/358):

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DE VEÍCULO. AÇÃO DE COBRANÇA. VEÍCULO ENVOLVIDO EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. RACHA/COMPETIÇÃO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 173 DO CTB. AGRAVAMENTO DO RISCO CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA.

1) Trata-se de ação de cobrança de indenização securitária decorrente de contrato de seguro de veículo que objetiva a condenação da seguradora ao pagamento de indenização securitária, em face da perda total do bem, após acidente de trânsito, julgada improcedente na origem.

2) Não obstante a incidência do Código de Defesa Consumidor à relação jurídica havida entre as partes, e mesmo que o contrato em testilha tenha sido analisado com o olhar

favorecido para o consumidor, não há como considerar a cláusula de exclusão de riscos por si só, abusiva, pois esta foi redigida de forma nítida e de fácil entendimento ao consumidor, parte hipossuficiente da relação, inexistindo atribuição de desvantagem exagerada ao aderente. A apólice sub judice, destarte, observou o dever de informação preconizado no art. 6º inc. III, do CDC.

3) Afora isso, a liturgia do caput do artigo 757 do Código Civil estabelece que a seguradora obrigar-se-á apenas pelos riscos predeterminados, ou então, pelos riscos assumidos, de sorte que sua interpretação possibilita a eleição de riscos sobre os quais recairá a cobertura securitária, bem como a exclusão daqueles que não pretende garantir.

4) In casu, configurou-se legítima a negativa da cobertura securitária por parte da seguradora, mormente porque o condutor do veículo sinistrado, no momento do acidente, estava em disputa de corrida, com outros dois veículos, dessa forma, configurou-se o risco sobre o qual a seguradora não está obrigada a responder, a teor da pactuação da cláusula 30, item 1, letra a e 31, item 1, letra b.

5) Com efeito, o autor não logrou êxito em comprovar a ausência do agravamento do risco, ex vi legis do artigo 373, inciso 1, do CPC.

6) A prova documental (auto de infração e processo administrativo), bem como o depoimento do agente de trânsito (fls.

182/183) são provas robustas a comprovar o agravamento do risco, considerando que o acidente foi causado somente porque o condutor do veículo segurado dirigia o veículo com uma velocidade próxima de 150k/h, junto com outro veículo que fugiu do local.

7) Sentença mantida.

APELAÇÃO DESPROVIDA

Nas razões do recurso especial a parte alega ofensa aos seguintes dispositivos legais: 373, inciso II, 489, § 1º, e, 1.022 do Código de Processo Civil/2015, e, 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, preliminarmente, negativa de prestação jurisdicional, eis que, o acórdão recorrido não teria se manifestado sobre todas as questões postas em debate pela recorrida.

Por fim, aduz que "A infração de trânsito, de participação em corrida de

velocidade ou racha, a teor do que estabelece o diploma legal específico, objetivamente se caracterizou, eis que não ocorreu o impreterível flagrante e, de resto, sequer foram identificados os demais envolvidos na afirmada disputa de velocidade" (e-STJ Fls. 409/410).

É o relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, é importante esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/1973 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 2/STJ.

As questões submetidas ao Tribunal *a quo* foram suficiente e adequadamente apreciadas, com abordagem integral dos temas e fundamentação compatível. Destarte, não há se falar em negativa de prestação jurisdicional, ou, carência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

(...)

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1233390/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 20/04/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. RESERVA DE NUMERÁRIO. DISCORDÂNCIA ENTRE AS PARTES. NECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO AUTÔNOMA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE DEU APÓS ANÁLISE DAS PROVAS E DO CONTRATO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Todas as questões suscitadas pelas partes foram devidamente apreciadas pela Corte estadual, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional.

2. O acórdão estadual está em consonância com a jurisprudência desta Corte no tocante à necessidade de se ajuizar ação própria para a cobrança de honorários contratuais quando existir discordância entre o outorgante e o advogado.

(...)

4. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1059771/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)

Ademais, consoante a jurisprudência do STJ, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR. POSSE VELHA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. CABIMENTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 quando o

órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não é genérica.

(...)

6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1089677/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

Em relação à suposta violação aos demais dispositivos de lei tidos por infringidos, a Corte Estadual, soberana na análise do material fático-probatório carreado aos autos, asseverou que (e-STJ Fls. 363/365, gn):

No caso dos autos, como visto alhures, a negativa da cobertura securitária foi justificada no agravamento do risco, que veio estipulado no contrato à cláusula 30, alínea "a", na parte que trata dos riscos excluídos, ipsi litteris:

30. PERDA DO OBJETO 1. Além dos casos previstos em lei e nas cláusulas especificadas nestas condições gerais, a seguradora ficará isenta de qualquer obrigação decorrente do contrato de seguro se o segurado, seu representante, seu corretor de seguro ou beneficiário do veículo:

a) Agravar intencionalmente o risco.

31. PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS PARA TODAS AS COBERTURAS 1. A seguradora não indenizará os prejuízos, as perdas e os danos decorrente:

(.) b. da participação do veículo segurado em práticas esportivas bem como em competições, apostas e provas de velocidade, legalmente autorizadas ou não exceto para a cobertura de Acidentes Pessoais com Ocupantes do veículo segurado.

Destarte, conclui-se que para os casos em que restar configurado o agravamento do risco, consistente na desatenção aos ditames das referidas cláusulas 30 e 31 da apólice, a seguradora ré exonerar-se-á da obrigação de ressarcir os prejuízos despendidos em razão do acidente, com respaldo contratual.

In casu, em que pese o contrato em testilha tenha sido analisado com o olhar favorecido para o consumidor, concessa venha, não há como considerar a cláusula de exclusão de riscos (enfoque da lide), por si só, abusiva, pois esta foi redigida de forma nítida e de fácil entendimento ao consumidor, parte hipossuficiente da relação, em atenção ao

dever de informação preconizado no artigo 6Q, inciso III do Código de Defesa do Consumidor, sic.

(...)

É de bom alvitre destacar, que a cláusula de exclusão de risco poderia ser desconsiderada no caso de o demandante, à luz do ônus probatório que lhe recaia, ex vi legis do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, comprovasse que não efetuava racha e que não conduzia com velocidade acima da permitida pela lei.

A prova documental (auto de infração e processo administrativo), bem como o depoimento do agente de trânsito (fls. 182/183) são provas robustas a comprovar o agravamento do risco, considerando que o acidente foi causado somente porque o condutor do veículo segurado dirigia o veículo com uma velocidade próxima de 150k/h, junto com outro veículo que fugiu do local.

Dessa feita, não há como acolher o pedido de condenação da demandada ao pagamento da cobertura securitária em face do sinistro que ocorreu com o automóvel segurado, porquanto legítima, no caso dos autos, a negativa de cobertura, mormente porque o condutor do veículo sinistrado, deu causa ao acidente ao imprimir velocidade superior a 150km/h na via urbana, com intuito de realizar racha/competição/pega com outros veículos, e, dessa forma, configurou-se o risco sobre o qual a seguradora não está obrigada a responder, a teor da pactuação.

Assim, elidir as conclusões do aresto impugnado demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o Tribunal de origem fixou a verba honorária em R\$ 1.800,00 (e-STJ fl. 370), em benefício

do patrono da parte recorrida, a majoração dos honorários devidos pela parte ora recorrente para R\$ 2.500,00 sobre o valor atualizado da condenação é medida adequada ao caso.

Ante o exposto, CONHEÇO DO AGRAVO para CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL, e, nesta extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator